

Até quando a União agüenta?



Mais que dobrar a dívida interna, em 16 meses, é quase hora para pânico

A dívida interna da União mais que dobrou nos 16 meses do governo Fernando Henrique Cardoso: de R\$ 61 bilhões, em dezembro de 1994, para mais de R\$ 130 bilhões nestes primeiros dias de maio. Em termos absolutos, isso já deve ser considerado um inquietante problema. Mas em termos de tendência é quase hora para pânico. Tal fenômeno está acontecendo porque, à falta das reformas, seja as da Constituição seja a da estrutura patrimonial do País, especialmente a privatização, o governo vem substituindo a inflação pelo superendividamento como mecanismo de financiamento das arruinadas contas públicas. Assim como a inflação, esse remédio maluco tem também um ponto de exaustão, agora os terríveis males que vai causando, sendo o mais impopular e conhecido as altas taxas de juro e a conseqüente estagnação econômica.

Na explicação oficial, a explosão do endividamento "está sob controle" e se deve à estratégia da estabilização trazida pelo Plano Real. Na verdade, a política monetária restritiva com juros reais positivos faz parte do remédio original do Plano Real, mas o abuso na taxa de juro, por volta do meio do ano passado, deveu-se à ineficiência política do governo e sua tática equivocada com relação às mudanças imperativas na matriz de financiamento do setor público. Em condições nervosas impostas pela excessiva dependência dos capitais especulativos do Exterior, precisamos praticar juros muito

acima do razoável, numa estratégia de manter altos nossos volumes de reservas internacionais. Atraídos os capitais estrangeiros, sua conversão em reais em tal volume faria explodir a inflação. Para que tal não aconteça, o governo se obriga a emitir o equivalente em títulos da dívida interna. E, por aí, justifica-se o governo, cresce a dívida.

Em parte, isso é verdade, mas só em parte, pois o governo da reeditada "aliança democrática" (PFL-PMDB), coadjuvado pelo PPB e ante a perplexidade muito pouco participativa do PSDB, tem tentado esconder uma prática abusiva e extremamente onerosa para os cofres da União que pode explicar também boa parte desta farra inédita de endividamento: a cada crise ou barganha tem tido cada vez menos pudor em emitir bilhões e bilhões de reais em títulos da dívida interna. E aqui as razões são infinitamente menos nobres que aquelas que explicam ser o endividamento um preço a ser pago pela manutenção do real.

Vá somando aí, meu caro leitor, e, para entender na prática a estonteante linguagem dos bilhões, faça uma conta comparando quantos anos de seu salário seriam necessários para atingir esta cifra, ou, compare com o preço de um automóvel: R\$ 7,5 bilhões para os fazendeiros inadimplentes atendendo à pressão de uma tal caríssima bancada ruralista; R\$ 3,5 bilhões para Estados e municípios inadimplentes; R\$ 5,0 bilhões para sanear a roubalheira do Banco Nacional; R\$ 2,9 bilhões para tapar o buraco da roubalheira

do Banco Econômico; R\$ 15,0 bilhões (pendentes de autorização pelo Senado mas já concedidos pelo governo) para cobrir as caríssimas estripulias de Quêrcia e Fleury no rombo do Banespa e, antes que percamos o fôlego, esta semana, absurdo dos absurdos, o Conselho Monetário Nacional, por ordem expressa do chefe de governo e por razões estritamente políticas, autorizou que a União assumira (emita mais títulos da dívida interna) a dívida da Prefeitura de São Paulo num valor estimado de mais R\$ 3,3 bilhões.

Afora outras investidas menores, mas não necessariamente pequenas, nós estamos falando de um número doido de R\$ 37,2 bilhões em dívidas contraídas por razões eminentemente políticas e clientelistas em apenas 16 meses, ou R\$ 2,3 bilhões em cada mês de governo, lembrando que a arrecadação está ao redor de R\$ 7,5 bilhões por mês. Esse volume equivale a 332 milhões de salários mínimos ou a 27 milhões de anos de salário de um trabalhador de salário mínimo, ou ainda é um valor que poderia pagar mais de 3 milhões de Corsa, Gol ou Fiat Uno com que sonha nossa classe média. Falando mais sério, é o equivalente a seis anos de orçamento que a União gasta com saúde pública.

É claro que esses números servem apenas para aquilatar, na prática, o absurdo que se está cometendo sem que o assunto seja de alcance pela nossa opinião pública média, pois é impensável que se poderia emitir títulos da dívida para financiar despesas correntes com saúde pública, com obras ou com qualquer outra necessidade da administração pública. A tese aqui é bem outra. É que não pode a opinião pública brasileira ficar de fora de ajuizar criticamente esse problema. Suas conseqüências serão arcaicas ainda que não se deseje, pelo con-

junto da sociedade, pela economia e pelos contribuintes.

Em nome de qual princípio de ordem pública deve a União assumir a dívida mobiliária da Prefeitura de São Paulo, uma das mais equilibradas e poderosas financeiramente? Por qual critério devem as outras prefeituras e Estados, especialmente aqueles que se sacrificaram e mantêm seus compromissos em dia, se conformar com esse presente régio dado ao prefeito Paulo Maluf? A razão vem da vergonhosa barganha fisiológica que o presidente Fernando Henrique nega com veemência ao mesmo tempo em que não consegue mais ocultar sua prática mais decepcionante: a troca de votos por dinheiro público num tempo e num governo em que se esperava o fim desse comportamento esclerosado das elites dirigentes.

Há nesse gesto uma injustiça e uma falta de critério intrínsecas, mas, mais que isso, uma incoerência que retira do governo federal qualquer autoridade moral para cobrar os sacrifícios necessários da sociedade e de seus diversos grupos de interesse. Digo novamente o que já disse: se eu fosse deputado ou senador pelo Ceará, ainda que do PSDB, a partir desse indesculpável gesto da administração federal, não votaria mais nada em favor desse governo até que a dívida rigorosamente paga em dia do meu miserável Estado do Ceará e de "modestos" R\$ 1,3 bilhão fosse também assumida pela União. Só voltaria atrás dessa disposição se o governo recusasse desse abuso, pois, de nada interessam prefeituras ou Estados, é preciso solidariedade com o Brasil. E a esta altura é justo perguntar: até quando a União agüenta?

■ **Ciro Gomes foi ministro da Fazenda e governador do Ceará**